

Brasil define como aplicará *jumbo*

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, e o presidente do Banco Central, Afonso Pastore, devem aprovar esta semana a nova versão do "Programa Econômico de Ajustamento Interno e Externo", contando agora com a previsão de ingressos de US\$ 8,1 bilhões de recursos adicionais até o final do ano (US\$ 6,5 bilhões do empréstimo-jumbo fornecido pelos bancos a US\$ 1,6 bilhão do Fundo Monetário Internacional), além de US\$ 600 milhões de investimentos estrangeiros e US\$ 9 bilhões de superavit da balança comercial.

Destinado a substituir a versão anterior apresentada aos banqueiros em outubro do ano passado, o documento jogará com uma estimativa do fluxo de caixa ao longo dos próximos meses que resultaria em reservas de US\$ 1 bilhão ao final de 1984, embora os chamados "haveres em caixa" devam totalizar cerca de US\$ 3,4 bilhões. Estas previsões devem ser discutidas também com o economista Douglas Smeed, do subcomitê de economia dos bancos credores, esperado em Brasília a partir de hoje.

FLUXO

A entrada dos créditos dos bancos e do FMI, em parcelas trimestrais que dependerão da avaliação do "programa de ajustamento" por parte dos credores, pressupõe que todos os atrasados serão quitados até abril, incluindo cerca de US\$ 1,8 bilhão devidos aos bancos estrangeiros so de juros e US\$ 600 milhões referentes a outros débitos (lucros e importações). De imediato o Banco Central espera a entrada contábil de US\$ 1 bilhão dos bancos nesta segunda-feira e US\$ 398 milhões do FMI até o fim da semana.

Na semana seguinte entrarão US\$ 1 bilhão dos bancos e no dia 23 outro tanto, completando assim US\$ 3 bilhões do empréstimo de US\$ 6,5 bilhões que o País demorou uns seis meses para começar a receber. Os restantes US\$ 3,5 bilhões entrarão em parcelas de US\$ 875 milhões no final de abril, junho, setembro e dezembro, sempre a época, da liberação das outras parcelas do FMI. Cada liberação trimestral dependerá teoricamente do cumprimento das metas econômicas prometidas ao Fundo na quinta Carta de Intencões, que deve ser enviada a Washington na próxima semana.

Com exceção da reserva de US\$ 1 bilhão, que o ministro Ernane Galvão espera formar a partir do final do próximo mês, o restante deste dinheiro todo não entrará efetivamente no País, como explicou ontem um banqueiro familiarizado com a troca de "pagamentos", o jumbo não passa de uma operação dupla de entrada e saída simultânea, onde o Brasil só fica com o ticket registrado no caixa dos bancos estrangeiros, já que os recursos serão usados para saldar compromissos já vencidos de quase US\$ 2,5 bilhões ou contas a vencer nos meses seguintes. So de juros o País terá que pagar este ano quase US\$ 11 bilhões, sobre uma dívida externa que chegara em dezembro um pouco além de US\$ 100 bilhões.

A única "vantagem" do início da liberação de empréstimos externos a partir de agora - após o FMI ter dado o seu *walver* (perdão) ao Brasil pelo não cumprimento de metas em dezembro - é a recuperação de alguma credibilidade internacional e a consequente possibilidade de normalização do comércio externo. O ministro Delfim Netto já acena com a promessa de aumentar um pouco as importações, dando assim algum fôlego às indústrias locais que reduziram sua atividade pela falta de componentes ou matérias primas importadas. Mas este aumento dificilmente será suficiente para tirar o setor industrial da recessão, pois se as importações crescerem a balança comercial não conseguirá manter os superávits recorde necessários para se chegar ao saldo de US\$ 9 bilhões este ano.

Sem falar na transferência maciça de renda ao exterior, as autoridades econômicas continuarão enfrentando internamente o desgaste de não conseguir baixar a inflação como prometeram. E para isso o jumbo que entra pingado pouco contribuirá, já que não representa nenhum investimento capaz de reativar a produção interna. Mas como os credores estão interessados apenas em salvar sua parte, os fiscais do Comitê de Assessoramento e do FMI - que antes de agosto devem continuar rondando gabinetes em Brasília pelo menos algumas vezes - não devem levar em conta os futuros descumprimentos da meta de baixar a inflação. E o problema da dívida externa e da recessão será repassado ao próximo governo do jeito que esta colocada hoje, no "programa de ajustamento interno e externo".